



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 54/2022

SEI Nº 0006349-62.2022.6.05.8000

Objeto: Registro de Preços para a eventual aquisição de equipamentos e programas de datacenter.

**MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO**

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente, por meio do sistema, pela Empresa SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 76.366.285/0001-40, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro que declarou vencedora do certame, para o **Item 01**, a Empresa PRODUS PRODUTOS E SOLUCOES PARA INFORMATICA LTDA, pelos fundamentos de fato e de direito abaixo expostos:

**1 – RECURSO (doc. nº 2105759)**

Inicialmente, cabe salientar que a empresa SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema, conforme documento juntado ao SEI, sendo aceita pelo Pregoeiro por entender que estavam presentes os pressupostos recursais.

Na defesa de suas razões, a Recorrente aduz o seguinte (resumidamente):

3. A proposta da empresa vencedora não atendeu a diversos requisitos relacionados ao item 1. SERVIDOR HPE SIMPLIVITY (EXTRA-LARGE) exigidos no Termo de Referência.

**a. O quantitativo de processadores ofertados (item 1.3) é incompatível com o de licenças do VMware VSphere Enterprise Plus (item 1.10).**

4. Conforme documentação do fornecedor<sup>2</sup>, o “VMware server é licenciado por processador” e a licença ofertada é apenas para 1 processador:

5. Além disso, conforme documentação do fabricante do processador ofertado<sup>3</sup>, cada um trabalha com o máximo de 1TB de memória, de modo que se exigiria 2 processadores para cada 1,5TB exigido pelo item 1.1:

6. Ou seja, o produto apresentado indica ter apenas 1 processador. Mas para atender a quantidade de 1,5 TB de memória exigida pelo item 1.1 são necessários 2 processadores. Consequentemente, a Produs deveria ter ofertado 20 licenças do VMw vSphere EntPlus 1P 5yr E-LTU, não apenas 10 como fez na proposta.

**b. A proposta vencedora não comprova o atendimento à exigência de garantia e suporte do fornecedor (item 1.4).**

7. O item 1.4 exige o fornecimento de garantia e suporte técnico do fabricante pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) meses.

8. Enquanto a Recorrente juntou com a proposta uma declaração do próprio fabricante confirmando que fornecerá garantia e suporte. A Produs, por outro lado,

não comprovou de qualquer forma o cumprimento deste item.

**c. Não há comprovação de que os serviços de instalação serão prestados por profissional do fabricante (itens 1.9.14 e subitens)**

9. O item 1.9.14 do Anexo I do Termo de Referência exige expressamente que “Todos os serviços de instalação deverão ser executados EXCLUSIVAMENTE por profissional do fabricante, não sendo aceitos substitutos de revendas”.

10. Ocorre que todos esses serviços são comercializados de forma independentes pelo fabricante, devendo ser inseridos de acordo com o escopo técnico solicitado por cada cliente. Assim, os fornecedores necessitam de documentação oficial do fabricante atestando que estes serviços estejam considerados em suas configurações para os itens ofertados de acordo com o exigido no termo de referência. Ou seja, para atender o item 1 do edital que exige tais serviços, os mesmos precisam estar presentes. Desse modo, para que o TRE/BA tenha a comprovação e garantia de que estão sendo ofertados os serviços conforme sua solicitação para atendimento aos produtos e escopos determinados, é necessário que se apresente a anuência do fabricante com relação ao atendimento desses serviços, tendo em vista que é ele, e não o licitante, que irá executá-los.

11. Estas comprovações são essenciais para a verificação da exequibilidade do objeto contratado, sendo necessárias para que o TRE/BA afaste eventual risco de inexecução do contrato pela incapacidade de o licitante fornecer os serviços de instalação exclusivamente por profissional da fabricante.

12. Tal lacuna oferece impedimento ao cumprimento dos subitens 1.9.1 (colocação do equipamento); 1.9.2 (instalação física do nó); 1.9.3 (conexão e configuração dos nós); 1.9.4 (atualização dos softwares); 1.9.5 (garantia de fornecimento dos equipamentos, componentes e acessórios); 1.9.6 (aplicação das licenças VMware nos servidores); 1.9.7 (configuração do backup); 1.9.8 (configuração do call-home); 1.9.9 (migração de todas as máquinas virtuais); 1.9.10 (reinstalação total do cluster atual); 1.9.11 (integração total dos três nós atuais com os adquiridos); 1.9.15 (instalação, configuração e testes); 1.9.16 (repasse de conhecimento); 1.9.17 (disponibilidade e configuração das funcionalidades dos equipamentos)

13. Registra-se que, enquanto a Prodis não comprovou de qualquer forma que poderá oferecer os serviços exclusivamente pelo fabricante, a Recorrente apresenta documentação oficial do fabricante para os serviços exigidos pelo Termo de Referência.

**d. Não comprovação de disponibilidade de profissional certificado (item 1.9.20)**

14. O item 1.9.20 exige que “O profissional do fabricante que instalará a solução deverá possuir certificação válida VMware Certified Professional 6 – (VMware Certified Professional), ou superior e certificação oficial do fabricante na infraestrutura de hiperconvergência ofertada ou de servidores do mesmo fabricante”.

15. Ocorre que a Prodis não fez qualquer prova relativa às certificações do profissional que deverá realizar os serviços de instalação. Por outro lado, a Recorrente apresentou junto da sua proposta declaração oficial do fabricante com relação ao profissional responsável pelos serviços, bem como do atendimento às exigências de certificação.

16. Ou seja, sob todos os ângulos, a proposta da arrematante descumpe nitidamente os requisitos previstos no instrumento convocatório. Se a classificação da empresa vencedora for mantida, serão desrespeitados os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e, acima de tudo, do interesse público. nesse sentido o teor do comando previsto no artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/1993, que reproduz os ditos princípios: (...)  
(grifei)

(...)

### III- DO PEDIDO

21. Ante o exposto, requer o acolhimento do presente recurso para o efeito de desclassificar a empresa Produs Produtos e Soluções para Informática Ltda. e, por consequência, reformar a decisão que a declarou vencedora do certame.

### II – CONTRARRAZÕES (doc. nº 2105759)

A Recorrida sustenta que (em resumo):

(...)

Ora, como pode ser visto, o nosso próprio questionamento sobre o tema já denotava nosso entendimento da necessidade de entrega de uma licença por processador, ou seja, duas licenças por nó. Nosso questionamento apenas ratificou esse entendimento que foi devidamente materializado em nossa proposta comercial. Portanto, deixando claro o descabimento do pedido da licitante.

(...)

Vejam que mais uma vez a PRODUS teve o cuidado de ratificar junto a esta comissão o seu entendimento quanto a necessidade de configuração de dois processadores para que fosse possível a entrega da capacidade de memória exigida. Desta forma, com base na resposta desta comissão, que justificou que o termo “processador” tinha apenas o propósito de definir o tipo do processador exigido, ofertamos nossa proposta de forma adequada e compatível para a entrega de 1,5 TB de memória, exigidos no Edital, conforme podemos constatar no recorte de nossa proposta abaixo:

(...)

Mais uma vez, o pedido da SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA assume contornos inusitados, na medida que ela própria compôs a sua proposta de maneira semelhante, senão vejamos o recorte abaixo desse trecho da proposta da SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA:

(...)

Seguindo adiante, a SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA acusa a PRODUS de não comprovar o atendimento a exigência de oferta de garantia e suporte pelo período de 60 (sessenta) meses e cita, que por seu lado, apresentou declaração do fabricante para este fim.

Também reclama que não apresentamos comprovação de que os serviços de instalação serão realizados por profissional do fabricante e que este, por sua vez, possua certificação VMware Certified Professional 6, enquanto ela, a SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, teria apresentado declaração do fabricante informando que o profissional alocado para tal serviço terá a referida certificação.

Pois bem, seria então o caso de questionar a SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA em que item do Edital existe a exigência de que deveríamos apresentar declaração do fabricante para as comprovações citadas?

Nos parece claro que o desejo da Licitante de ganhar este processo, está a induzi-la a citar exigências inexistentes no Edital.

Nesse sentido, adota também argumentos contraditórios, senão vejamos a seguir o recorte sobre o artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/1993, que ela mesmo cita em seu recurso:

(...)

Por todos os motivos expostos acima, requeremos:

O recebimento, processamento e acolhimento da presente Contrarrazões, não acatando o recurso da SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA e mantendo a empresa Produs – Produtos e Soluções para Informática Ltda como vencedora da licitação.

2- Que as suas decisões sejam amplamente fundamentadas como preceitua nossa legislação vigente e nossa Constituição Federal, sob pena de nulidade absoluta do certame.

3- Que, ainda que seja negado estas Contrarrazões, o mesmo seja imediatamente processado como RECURSO HIERÁQUICO, sob pena de ofensa ao devido processo legal e à ampla defesa assegurados pela Constituição Federal.

### **III - DECISÃO DO PREGOEIRO**

#### **Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.**

Conforme transcrito em ata, a aceitação do item controverso foi feita após a oitiva da área técnica (doc. nº 2089882).

Por *chat*, a Recorrida assegurou que o objeto ofertado atendia inteiramente às especificações editalícias, inclusive quanto ao aventado à letra “a” na peça recursal.

O edital, ao tratar da apresentação e da aceitabilidade da proposta, assim estabelece:

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os valores unitário e total de cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I deste Edital, bem como a marca/modelo do produto.

4.2.1.1. A ausência da indicação de marca/modelo é uma falha sanável, devendo o Pregoeiro instar a licitante para que preste tal informação, a qual ficará fazendo parte integrante da sua proposta. Por sua vez, fica expressamente vedado, durante o certame, modificar a marca/modelo do produto, por representar alteração da substância da proposta, podendo apenas haver complementação de eventuais omissões, vinculando-se a licitante à sua declaração.

(...)

10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

As especificações dos produtos a serem adquiridos foram exaustivamente detalhadas no Anexo A do Termo de Referência.

Não é demais salientar que o período de apresentação das propostas transcorreu sem o oferecimento de pedido de impugnação ao edital.

Há que se levar em conta o parecer técnico emitido pelo setor demandante, que, em face das razões sustentadas pela Recorrente e pela Recorrida, concluiu pela adequabilidade do produto ofertado por esta última (doc. nº 2109328).

Como bem asseverou o referido setor, não foram exigidas as comprovações documentais suscitadas pela Recorrente, às letras “b”, “c” e “d”. Nesse sentido, não se cogita plausível a cobrança da apresentação pelos licitantes de documentos que não foram requisitados no ato convocatório.

#### **IV - CONCLUSÃO**

Em face do exposto, este Pregoeiro manifesta-se pela improcedência do recurso ora impetrado e mantém a sua decisão que declarou vencedora do ITEM 01 a Empresa PRODUS PRODUTOS E SOLUCOES PARA INFORMATICA LTDA, de acordo com os motivos já aduzidos.

É a manifestação, que ora submete-se à apreciação superior.

De ordem, à ASSESD.

NUP, em 21.09.22

Arthur Ribeiro Rocha

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Ribeiro Rocha**, Técnico Judiciário, em 21/09/2022, às 17:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2109493** e o código CRC **02E86B48**.